

TIGELAS CHINESAS COM COMIDA CHINESA: OS ESFORÇOS DA CHINA PARA ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E O PAPEL DO BRASIL COMO FORNECEDOR DE ALIMENTOS

Maria Carolina Spinelli¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivos analisar os aspectos históricos da segurança alimentar e das transformações demográficas e sociais chinesas; coletar e analisar dados referentes à demografia chinesa e ao agronegócio brasileiro e; relacionar os dados coletados de modo a entender se a China conseguirá, ou não, alcançar a segurança alimentar nas próximas décadas; e o papel do Brasil como fornecedor de alimentos. Para tanto, contou com os autores Brown (1995), Marti (2021) e Zhou (2017). O aporte metodológico foi pesquisa bibliográfica, juntamente com uma pesquisa exploratória e uma abordagem qualitativa; e concluiu-se que a China não alcançará a plena segurança alimentar nas próximas décadas, em virtude, principalmente, da grande dificuldade existente em sanar todos os desafios atribuídos à segurança alimentar; como a diminuição de terras aráveis, o envelhecimento da população e diminuição da força de trabalho. Apesar disso, verificou-se que o país tem investido em fontes alternativas para suprir a demanda interna e que poderá, até 2035, diminuir a importação de *commodities* de países como o Brasil. Nesse sentido, o estudo deduz que o Brasil deverá, com certa urgência, diversificar sua pauta exportadora e encontrar mercados alternativos para suas *commodities* agrícolas, a fim de mitigar sua dependência das importações chinesas.

Palavras-chave: Segurança alimentar; transformações demográficas; agronegócio; China; Brasil.

Ao longo da história, a forma de se alimentar em diferentes lugares foi mudando, perdendo e ganhando novos elementos e se adequando às sazonalidades, mudanças climáticas, guerras e outras variáveis. Não por acaso, a comida e o ato de se alimentar carregam muitos elementos culturais. Montanari (2006), em sua obra *“Food is Culture”*, defende que as escolhas feitas pelo homem em relação ao que comer são diretamente influenciadas por aspectos geográficos, econômicos e nutricionais, revelando que a comida se traduz como um “elemento decisivo da identidade humana e como um dos meios mais eficazes de expressar e comunicar essa identidade.” (MONTANARI, 2006, p. 13, tradução nossa). A alimentação, portanto, extrapola questões dietéticas e nutricionais e escancara questões culturais, religiosas, econômicas e sociais, o que revela que esse é um tópico de extrema importância e preocupação para todos os povos do mundo.

Apesar da importância da alimentação, não só em termos culturais, mas também em termos de sobrevivência, o acesso a comida não é tão óbvio assim. Garantir o acesso à alimentação é um desafio que tem pairado sobre muitos países, especial-

mente países pobres, em desenvolvimento e/ou superpopulosos. As preocupações acerca da segurança alimentar não giram apenas em torno da falta de acesso ao alimento, mas também da falta de oferta. Nesse sentido, países superpopulosos que não produzem comida suficiente para sua população enfrentam um desafio quanto à disponibilidade de alimentos, precisando recorrer ao comércio internacional para suprir suas necessidades.

A China, sendo o país mais populoso do mundo e abrigando uma população de mais de um bilhão de pessoas (WORLD BANK DATA, 2020), tem a segurança alimentar como um tópico de extrema importância em sua agenda. A preocupação dos chineses em relação à disponibilidade de alimentos vai além da necessidade básica de se alimentar todos os dias e tem suas raízes em eventos políticos e históricos, sendo o mais emblemático deles, a chamada “Grande fome de Mao Tsé-Tung”. O episódio foi palco de uma das maiores catástrofes da história, marcado por trabalho escravo, repressão, tortura e canibalismo (DIKÖTTER, 2010).

Além disso, o país já havia passado por episódios de escassez de alimentos em outros momentos, o que fez o povo chinês nutrir uma relação de muito afeto

com a comida, chegando a referir-se a esta como “deus do povo” (ZHOU, 2010). A partir de então, o medo de que esse episódio se repetisse tomou conta do ideal chinês, deixando uma “marca indelével na psique nacional da China” (BROWN, 1995, p. 39). Dado esse contexto, a questão da segurança alimentar é um tema caro à população chinesa e aos seus governantes. E foi nesse cenário que Deng Xiaoping, após a morte de Mao Tsé-Tung, assumiu a responsabilidade pelo rumo da China nos anos que viriam, abrindo a China ao mundo ocidental e transformando aquela pequena economia agrícola na segunda maior economia do mundo (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2022).

As políticas de abertura de Deng Xiaoping em 1978 foram um marco na história recente da China. Isso porque, dentre outras grandes mudanças, elas propiciaram à China a oportunidade de participar do comércio internacional e 1) alavancar suas exportações, transformando-se em uma economia de exportação; e 2) impulsionar a importação de alimentos, mudando o cenário no que tange a disponibilidade de comida no país e podendo atender à demanda de uma população que ansiava por abundância de comida (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016).

É importante salientar que a demanda por alimentos tende a crescer à medida que o país cresce economicamente e os salários aumentam. Nesse sentido, a China precisou se adequar às transformações que enfrentou desde a década de 1970, uma vez que a população chinesa experimentou um crescimento nunca visto anteriormente e, como consequência disso, elevou a demanda por alimentos.

O grande problema de um rápido crescimento é que ele também vem acompanhado de uma drástica redução das terras agricultáveis. Como argumenta Brown em “Who Will Feed China?” (1995, p. 13, tradução nossa), “a mesma industrialização que reduz a área de cultivo também aumenta a renda, e com ela o consumo de produtos pecuários e a demanda por grãos”. Esse encolhimento da área de produção agrícola somado ao aumento dos salários leva o país a uma alta na demanda por alimentos. A China é um caso emblemático desse fenômeno, já que enfrentou um desenvolvimento acelerado e, junto com ele, uma diminuição das terras agricultáveis e um aumento da demanda por alimentos (BROWN, 1995). Nesse sentido, a análise das transformações demográficas, sociais e alimentares chinesas torna-se essencial para o entendimento da relação entre in-

industrialização, diminuição da área de cultivo e aumento da demanda por alimentos.

Como descrito anteriormente, a China enfrenta, desde os seus primórdios, problemas relacionados à segurança alimentar. O fator chave para estas dificuldades está, principalmente, em questões demográficas e, sobretudo, no tamanho de sua população. Ao longo dos anos, os governantes chineses buscaram (e continuam a buscar) alternativas para contornar essa problemática, mas acabaram se deparando com novos desafios, como os deslocamentos geográficos internos, o aumento da renda per capita (e, conseqüentemente, a alta na demanda por alimentos mais caros e mais variados) e o envelhecimento da população chinesa (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016). Todos esses fatores, fermentados pelo crescimento contínuo da população por vários anos consecutivos.

A principal estratégia, e talvez a mais dispendiosa (em vários aspectos) para a China, foi o seu ingresso à Organização Mundial do Comércio (OMC), já que foram necessárias diversas adaptações e transformações em sua economia para que essa admissão fosse solidificada. Apesar disso, o ingresso da China à OMC configurou-se, ao fim e ao

cabo, como um dos acontecimentos mais importantes para o comércio internacional no início do século XXI.

Para além da OMC, verificou-se também nesse período um estreitamento das relações comerciais sino-brasileiras, firmando uma parceria estratégica de muito valor para ambas as partes. A complementaridade das duas economias acontece à medida que a China passa a demandar muito alimento e o Brasil encontra nesse mercado uma oportunidade de crescimento econômico. Nesse sentido, o Brasil volta, a partir dos anos 2000, a especializar-se, gradualmente, no setor agropecuário, aproximando-se, inclusive, de uma “chinesização” de sua economia (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016, p. 70). Esse cenário, entretanto, causou uma disparidade entre Brasil e China, caracterizando as relações sino-brasileiras como interdependentes e assimétricas.

As relações comerciais sino-brasileiras foram consolidadas sob a égide de dois pilares principais: a demanda chinesa por alimentos e o potencial agroexportador que o Brasil já tinha, por ser 1) um país essencialmente agrícola; 2) contar com terras aráveis em abundância; 3) ter menos limitações relacionadas a recursos naturais; e 4) ter mão de obra também em abundância.

Nesse cenário, a parceria com a China abriu portas para o agronegócio brasileiro, transformando esse setor na força motriz da economia tupiniquim (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016).

Nesse contexto, o setor agropecuário brasileiro experimentou um desenvolvimento exponencial nos últimos 20 anos, tanto em termos de aumento de produção, quanto em termos de desenvolvimento tecnológico. O aumento da produção e da produtividade levaram o setor a ter acesso a uma rede de serviços de alta tecnologia como pesquisa, genética animal e agricultura de precisão (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016). Esse investimento e desenvolvimento levaram o Brasil a especializar-se no setor agropecuário e ser um dos principais fornecedores de alimentos para a China, que veio a se tornar, em 2009, o principal parceiro comercial do Brasil (PAUTASSO, 2010).

Apesar da importância dessa parceria entre Brasil e China, alguns desafios aparecem quando essa é analisada de forma mais aprofundada. É verdade que os países em questão compartilham de muitas similaridades, seja por suas extensões territoriais, seja por terem ocupado, por algum tempo, posições parecidas no sistema internacional, posições essas de países

emergentes e com grande potencial de liderança em suas respectivas regiões.

Em um primeiro momento, a ideia de complementaridade de economias pode parecer fácil de ser identificada na parceria entre Brasil e China. Entretanto, essa complementaridade, como será examinado mais adiante, dispõe de muitas assimetrias e desafios a serem tratados.

A primeira grande questão relacionada a essa parceria está associada ao fato de que o Brasil se especializou no setor agropecuário para atender à demanda chinesa por alimentos (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016). É importante ressaltar que, evidentemente, essa especialização foi voluntária, orgânica e muito benéfica ao Brasil. No entanto, essa especialização aconteceu em detrimento do setor industrial, levando o Brasil a uma posição de dependência econômica do setor e, também, da demanda chinesa por *commodities* agropecuárias. Isto é, o Brasil poderá enfrentar dificuldades caso não busque uma maior diversificação da sua pauta exportadora e de seus parceiros econômicos; e a China alcance um patamar de suficiência em que não precisará dos produtos brasileiros.

Nesse sentido, Gomide (2017) afirma que as recentes relações comerci-

ais sino-brasileiras são interdependentes e assimétricas, fazendo com que o rompimento dessas relações se torne mais custoso para uma parte do que para outra. A autora ainda afirma que “as exportações brasileiras são muito mais concentradas na China do que a situação inversa. Sabe-se que quanto mais concentrado o comércio em um destino, mais frágil está o país em relação a este parceiro.” (GOMIDE, 2017, p. 40). Dessa forma, pode-se afirmar que um hipotético rompimento de relações entre Brasil e China causaria mais avarias econômicas ao Brasil, do que causaria à China. Nesse cenário, as perguntas orientadoras deste trabalho ganham lugar: a China conseguirá, no futuro, assegurar a segurança alimentar apenas com seus recursos? E ainda, o Brasil continuará a ser um fornecedor importante para a China mesmo após tantas transformações demográficas, sociais e econômicas?

Em recente discurso proferido pelo presidente Xi Jinping na sessão de abertura da APN (Assembleia Popular Nacional), Xi foi categórico ao afirmar que a China precisa fortalecer a produção de alimentos, em especial milho e soja, a fim de assegurar que “as tigelas chinesas sejam preenchidas principalmente com comida chinesa” (ZHANG, 2022). Como foi

observado anteriormente, a China trabalha arduamente para garantir disponibilidade de comida segura e em abundância para a sua população. Dentre as medidas tomadas nas últimas décadas, destacam-se a abertura ao mundo e a solidificação de alianças comerciais, como aquela com o Brasil, que se tornou um grande provedor de commodities agrícolas e pecuárias para o país.

A importação de alimentos, portanto, é uma das principais medidas adotadas pelo governo chinês em prol da segurança alimentar. Mas, não é a única. Ao passo que a economia chinesa se desenvolveu ao longo dos anos, os esforços para garantir a autossuficiência alimentar também cresceram e têm gerado bons frutos; literalmente. A China tem investido muitos recursos na tentativa de não ser tão dependente do comércio internacional para seu abastecimento interno; procurando, principalmente, aumentar sua produção de grãos.

É evidente que, apenas a disponibilidade de terras produtivas não garante a autossuficiência alimentar de um país. Outras variáveis são igualmente importantes, como a disponibilidade de água para irrigação, fatores climáticos favoráveis e força de trabalho. Entretanto,

a disponibilidade de terras aráveis de um país pode servir como um importante indicador de vulnerabilidade da segurança alimentar. Nesse cenário, a China tem experimentado, desde 1985, uma queda significativa na disponibilidade de terras aráveis. Essa diminuição pode ser justificada por diversos fatores, como a rápida expansão urbana, desastres naturais e transformações na agricultura (CHEN; HE; WANG; LI; GUAN; HAO, 2019).

Essa diminuição de terras aráveis na China tem acontecido na contramão da demanda chinesa por alimentos. Apesar da taxa de crescimento populacional já estar em queda há alguns anos, a demanda por certos alimentos tem crescido ano após ano, como é o caso da demanda por carne (ESCHER; WILKINSON, 2019). Nesse sentido, um cenário de queda de terras aráveis, combinado ao aumento do consumo de carne pode significar um grande problema para as autoridades chinesas que têm trabalhado em prol da autossuficiência alimentar no país.

Em contrapartida a esse cenário, o Brasil surge como uma solução. Isso porque, quando analisada a disponibilidade de terras aráveis na China e no Brasil, o Brasil apresenta porcentagens maiores que as recomen-

dadas pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), que avalia que uma área de 0,22 hectare seja necessária para alimentar uma pessoa comum por um ano (EXAME, 2019). Enquanto a China tinha disponível, em 2018, uma área de apenas 0,085% hectare por pessoa, o Brasil tinha 0,266%. Ou seja, mais que o necessário para sua população (WORLD BANK, 2018).

Além da diminuição das terras aráveis, um outro problema enfrentado pela China frente à segurança alimentar é a diminuição da força de trabalho e produtividade no campo, causada principalmente pela diminuição do número de pessoas que vivem na zona rural e pela falta de trabalhadores especializados (FGV AGRO, 2017). Em 1991, a população rural correspondia a 72,6% da população total da China, enquanto que no ano de 2019, este número caiu para 39,6%. Quando observadas as porcentagens de homens que trabalham na agricultura, essa diferença cai de 63,6% em 1991 para 27,9% em 2019. No caso das mulheres, a queda foi de 54,8% para 22%, nos mesmos anos (WORLD BANK, 2022). Esse fenômeno acontece principalmente sob a luz do êxodo rural, impulsionado pela busca por maiores salários nas áreas urbanas e por maior especialização, sobretudo da população mais jovem.

É evidente que no caso em questão, a comparação com o Brasil seria infrutuosa, já que o Brasil alcançou a maioria de sua população urbana muito antes da China alcançar tal feito (SANTOS; BATALHA; PINHO, 2012). No entanto, é importante perceber que essa deficiência na força de trabalho revela dois cenários possíveis: o de oportunidades e o de ameaças ao Brasil. O primeiro cenário acontece em decorrência da necessidade de importar alimentos e, nesse caso, já é aproveitada pelo Brasil. O segundo cenário já está em vigência e pode apresentar sérios riscos ao Brasil. A ameaça em questão, é o emprego de tecnologias para modernização agrícola. O emprego de maquinários autônomos e inteligência artificial nos campos têm revolucionado a agricultura chinesa de muitas formas, e uma delas é o aumento da produtividade.

O uso de maquinários autônomos traz soluções à falta de mão de obra em abundância, já que não há necessidade de uma pessoa conduzir essas máquinas, sendo isso feito via GPS; e ainda, aumenta a produtividade no campo, já que faz em menos tempo o que um agricultor comum com ferramentas manuais faria. Nesse sentido, a China vê os investimentos na indústria *agrotech* como uma forma de avançar em sua pro-

dução agrícola e garantir a disponibilidade de alimentos. Durante o 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em 2017, Xi Jinping revelou os ambiciosos planos chineses de desenvolvimento tecnológico, enfatizando a aplicação de *big data*, automação e internet das coisas em seus sistemas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2017).

Outra métrica interessante para averiguar a problemática em questão é a produção de grãos. Isso porque, como mencionado anteriormente, apesar da tendência de diminuição do consumo de grãos, sobretudo na China urbana, essa continua sendo uma *commodity* de extrema importância para a China. Primeiramente porque, apesar dessa tendência de aumento do consumo de carne, a população chinesa não parou de consumir grãos. Pelo contrário, eles continuam consumindo e em grandes quantidades. E em segundo lugar, porque, dado o aumento no consumo de carne, os grãos são importantes para alimentação de rebanhos e também para a produção de alimentos processados. Nesse cenário, é imprescindível analisar a produção de grãos chinesa, a fim de entender suas nuances e dificuldades (SANTOS; BATALHA; PINHO, 2012)

Apesar de ser o maior importador de grãos, a China é, também, o maior produtor. Só em 2012, o país produziu mais de 612 milhões de toneladas (WORLD BANK, 2022), das quais grande parte foram absorvidos pela sua massiva demanda interna. Essa superprodução, no entanto, não é suficiente para alimentar sua população e continuará sendo insuficiente. Isto porque, segundo previsões do Banco Mundial, a demanda chinesa por grãos deverá alcançar os 700 milhões de toneladas em 2030 (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016). Assim, se a produção não acompanhar a demanda, a China continuará a depender de importações para suprir suas necessidades por grãos e, portanto, não alcançará sua autossuficiência alimentar. E, vale lembrar, a China enfrenta alguns problemas estruturais que podem ser difíceis de serem solucionados a curto prazo, como a perda do seu bônus demográfico e a diminuição das terras aráveis, dificultando um pouco mais este processo.

Por outro lado, destaque-se o assombroso poder que a China tem de encontrar soluções e alcançar posições aparentemente inalcançáveis no sistema internacional. Assim, vê-se nesse cenário uma vultosa oportunidade para o Brasil, que tem experimentado um crescimento

em sua produção de grãos. Para o ano de 2022, a estimativa é que o país atinja uma produção de grãos de 269,3 milhões de toneladas, de acordo com estimativa de safra de grãos 2021/22 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Essa quantia representa 5,4% a mais do que a alcançada na safra de 2020/21 (CONAB, 2022). Ou seja, o Brasil poderá continuar a ser um importante fornecedor de grãos e alimentos para a China, de acordo com as estimativas de consumo mais recentes. Cabe analisar, entretanto, se este cenário otimista se prolongará nos próximos anos.

Afora estas medidas lançadas pelo governo chinês, há também o chamado “*One Belt, One Road*” (um cinturão, uma rota; em português) ou ainda, “a nova rota da seda chinesa”, cujo objetivo é interligar 70 países da África, Ásia e Europa para fins estratégicos, principalmente na área de transporte, interligando assim importantes fornecedores de grãos à China (EMBRAPA, 2020). Dentre diversos outros propósitos, um dos principais é garantir a segurança alimentar por meio de uma “Cooperação Agrícola One Belt One Road” que, “por meio da colaboração entre governos, institutos de pesquisa e empresas, o plano prevê mecanismos transfronteiriços que vão desde a harmo-

nização da inspeção e quarentena até plataformas de comércio eletrônico e parques agro tecnológicos.” (BELT AND ROAD ADVISORY, 2018 Tradução nossa.).

Como já abordado acima, algumas preocupações surgem entre uma estimativa e outra. Externalidades que afetam tanto o país consumidor, quanto o país exportador vieram à tona nos últimos 2 anos e podem ser responsáveis por mudar os rumos da segurança alimentar chinesa e da agroexportação brasileira. O primeiro grande episódio que interfere na análise em questão é a pandemia de covid-19. Isso porque, com os *lockdowns* repentinos, a estocagem de alimentos e a paralisação da produção e exportação de comida, novos cenários começaram a surgir, tanto na China, quanto no restante do mundo.

Outra externalidade que surgiu mais recentemente é a guerra Rússia x Ucrânia, que também tem um impacto colossal na produção, importação e exportação de alimentos. Países fornecedores de matérias primas importantes como a Rússia e a Ucrânia voltaram suas atenções aos soldados e aos blindados e, ao mesmo tempo, a China tem retornado à prática dos *lockdowns* e feito história com os “*lockdowns* mais longos da história” (THE DIPLOMAT, 2022). E, em virtude desses

acontecimentos, novas nuances a respeito da segurança alimentar chinesa começaram a surgir e a tomar novos rumos.

Finalmente, os questionamentos propostos ao longo deste trabalho são de suma importância para direcionar os estudos acerca da segurança alimentar na China e da força do agronegócio brasileiro. Entretanto, ao questionar se a China poderá garantir sua segurança alimentar nos próximos anos, ou, até mesmo, tornar-se autossuficiente em termos de oferta de alimento, corre-se o risco de negligenciar aspectos importantes e essenciais dessa discussão. A garantia de segurança alimentar à uma população vai além da disponibilidade de alimentos. Nesse sentido, é importante direcionar as prognoses deste trabalho para as condições da China ofertar alimentos em quantidade suficiente para sua população; ou não. Além disso, faz-se necessário também reforçar a dificuldade (ou até mesmo a impossibilidade) de um país e, sobretudo, a China, de alcançar a autossuficiência alimentar no século XXI. Observa-se que mesmo em períodos em que a população chinesa era consideravelmente menor e esse país desfrutava de recursos naturais mais robustos, houve períodos de muita fome (ZHOU, 2017).

Atualmente, a China abriga a população mais numerosa do mundo e conta com recursos naturais escassos e, apesar de não haver fome como já houve em outros períodos, a dependência das importações confirma a inviabilidade da China ser um país autossuficiente no que concerne à alimentação. Ao passo em que a população envelhece, a perda de terras aráveis aumenta, a empregabilidade rural é ínfima e o apetite da população aumenta (ou a demanda por alimentos mais caros e/ou variados), a China se torna mais dependente da importação de alimentos. Assim, fica evidente que o país continuará importando alimentos, já que a interdependência é inevitável no cenário em questão.

Apesar dessa inevitabilidade de importação de alimentos, a China não se configura, de todo, como uma nação totalmente dependente de importações. A China vem se preparando e trabalhando em estratégias alternativas para alimentar a sua população, visando diminuir, a longo prazo, a sua necessidade de importar alimentos. Essas estratégias já podem ser vistas em alguns prognósticos acerca do comércio entre China e outros países, sendo esse o caso do China-LAC Trade: Four Scenarios in 2035 (Comércio China-América Latina e

Caribe: Quatro cenários em 2035) do Atlantic Council (PRAZERES; BOHL; ZHANG, 2021). O estudo defende, em todos os quatro cenários apresentados, o provável declínio relativo da agricultura nas exportações totais da região para o país asiático. No cenário 2, intitulado “fim da bonanza agrícola”, os autores revelam que o comércio China-ALC deverá sofrer, entre 2021 e 2035, uma queda de 18% em relação a outros setores de exportação para a China, ocasionada principalmente pela concorrência de produtos chineses e outros grandes agroexportadores, como Indonésia e Tailândia. Ou seja, em um longo prazo, a China conseguirá diversificar as suas importações de alimentos (além de fontes alternativas para importação e produção como a rota da seda, investimentos em agrotech, etc.) e vai diminuir drasticamente as importações da América Latina e Caribe e, portanto, Brasil. Como alternativa para esse cenário, os autores sugerem que países latino-americanos e caribenhos diversifiquem suas pautas exportadoras e, também, seus destinos de exportação. De acordo com os autores, um mercado em expansão e com grandes perspectivas para o futuro, é a África, que poderá ajudar esses países a manterem suas exportações futuras em um nível satisfatório.

Assim, conclui-se que o Brasil terá que buscar diversificar sua pauta exportadora, buscando por vias alternativas (como a África, por exemplo) a fim de desviar-se das avarias consequentes da “chinesização” de sua economia (VIEIRA; BUAINAIN; FIGUEIREDO, 2016, p. 70).

A China, contudo, deve continuar investindo em sua segurança alimentar, sobretudo no cenário pós-pandêmico, já que as medidas adotadas durante a política de zero covid comprometeram as cadeias de produção agrícola do país mais populoso do mundo (FAN; ZHANG, 2021). Para além dessas dificuldades, a RPC tem mostrado ao mundo seus esforços para tornar-se cada vez menos dependente das importações de commodities e, ainda, com a diminuição das restrições contra a covid, deve continuar trabalhando arduamente para pôr comida chinesa em suas tigelas.

NOTAS

¹ Graduada em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília. E-mail: mariacarolinaspinellifernandes@gmail.com

Referências

19th National Congress of the Communist Party of China. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2017. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/ceil/eng/zt/19thCPCNationalCongress/W020171120127269060039.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

Agriculture, forestry, and fishing, value added (% of GDP) – China. World Bank, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NV.AGR.TOTL.ZS?locations=CN>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Arable land (hectares per person) I Data. World Bank, 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.ARBL.HA.PC>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BROWN, Lester Russell. **Who Will Feed China?: wake-up call for a small planet**. Nova York: W. W. Norton & Company, 1995. 83 p.

CHEN, Aiqi; HE, Huaxiang; WANG, Jin; LI, Mu; GUAN, Qingchun; HAO, Jinmin. **A Study on the Arable Land Demand for Food Security in China**. Mdpi. Basel, p. 1-15. 01 set. 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/17/4769>. Acesso em: 26 maio 2022.

DIKÖTTER, Frank. **Mao's Great Famine: the history of china's most devastating catastrophe 1958-1962**. New York: Walker & Co., 2010. 386 p.

Employment in agriculture – female (% of female employment). World Bank, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.AGR.EMPL.FE.ZS?locations=CN&view=chart>. Acesso em: 28 maio 2022.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. **A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China**. Revista de Economia e Sociologia Rural, [S.L.], v. 57, n. 4, p. 656-678, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/36SqtNVWsRKrDZWD6vKP5Lb/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FAN, Shenggen; ZHANG, Yumei. **COVID-19's Initial Impact on Food Supply Chains, Rural Migrants, and Poverty in the People's Republic of China**. 42. ed. Manila: Asian Development Bank, 2021. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/756931/eawp-042-covid-19-impact-food-supply-migrants-poverty-prc.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FGV AGRO (Rio de Janeiro) (org.). **O agronegócio brasileiro: china e comércio internacional. China e comércio internacional**. 2017. Disponível em: <https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/o-agronegocio-brasileiro-china-e-comercio-internacional>. Acesso em: 03 abr. 2022.

GOMIDE, Flávia Maciel. **Comércio Brasil-China: uma relação de interdependência**. 2017. 66 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-08092017-154838/publico/Flavia_Maciel_Gomide.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

Is the Belt and Road a Food Security Plan? Belt and Road Advisory, 2018. Disponível em: <https://beltandroad.ventures/beltandroadblog/agriculturesilkroad>. Acesso em: 29 maio 2022.

MONTANARI, Massimo. **Food Is Culture**. New York: Columbia University Press, 2006. 146 p. Disponível em: [file:///D:/CLIENTE/Downloads/Food%20Is%20Culture%20\(Arts%20and%20Traditions%20of%20the%20Table%20Perspectives%20on%20Culinary%20History\)%20\(Massimo%20Montanari\)%20\(z-lib.org\).pdf](file:///D:/CLIENTE/Downloads/Food%20Is%20Culture%20(Arts%20and%20Traditions%20of%20the%20Table%20Perspectives%20on%20Culinary%20History)%20(Massimo%20Montanari)%20(z-lib.org).pdf). Acesso em: 27 mar. 2022.

O apetite chinês por terras no Brasil.

EXAME, 2019. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/negocios-da-china/o-apetite-chines-por-terras-no-brasil/>. Acesso em: 26 maio 2022.

PAUTASSO, Diego. **O lugar da China no comércio exterior brasileiro**. Meridiano 47, n. 114, p. 25-27, jan. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/3935/3605>. Acesso em: 19 jun. 2022.

Population, total – China. World Bank, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?locations=CN>. Acesso em: 27 mar. 2022.

Produção nacional de grãos é estimada em 269,3 milhões de toneladas na safra 2021/22. Companhia Nacional de Abastecimento, 2022. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/4579-producao-nacional-de-graos-e-estimada-em-269-3-milhoes-de-toneladas-na-safra-2021-22#:~:text=A%20s%C3%A9tima%20estimativa%20da%20safra,obtida%20na%20safra%202020%2F21>. Acesso em: 29 maio 2022.

PRAZERES, Tatiana; BOHL, David; ZHANG, Pepe. **China-LAC Trade: four scenarios in 2035**. Four Scenarios in 2035. 2021. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/china-lac-trade-four-scenarios-in-2035/#Conclusions>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SANTOS, Daniela Tatiane dos; BATALHA, Mário Otávio; PINHO, Marcelo. **A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras**. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 333-358, 22 out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/KNmKw6Vd4MfLWhPs5vvxmmr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SEIXAS, Mario Alves. **China Pós-Covid-19: um alerta ao agronegócio brasileiro**. Um alerta ao agronegócio brasileiro. 2020. Disponível em: <file:///D:/CLIENTE/Downloads/China%20P%C3%B3s-Covid-19%20-%20Um%20alerGdta%20ao%20agroneg%C3%B3cio%20brasileiro.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Shanghai starts China's Biggest COVID-19 Lockdown in 2 Years. THE DIPLOMAT, 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/03/shanghai-starts-chinas-biggest-covid-19-lockdown-in-2-years/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; FIGUEIREDO, Eliana Valeria Covolan. **O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?** Revista Tempo do Mundo, Brasília, v. 2, n. 1, p. 51-81, 12 abr. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/49>. Acesso em: 10 abr. 2022.

World Economy Outlook (October 2022) - GDP, current prices. International Monetary Fund, 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/KOR>. Acesso em: 11 nov 2022.